



CAPÍTULO III

*Carla Melo**

ACTIVIDADE ECONÓMICA E NÍVEL DE VIDA DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA REGIÃO NORTE

Apresenta-se de seguida uma breve descrição da actividade económica da Região Norte e do nível de vida dos seus residentes com base em informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística. Recorrendo aos dados das contas regionais e ao indicador do poder de compra concelhio descrever-se-á do perfil económico da Região e do nível de vida dos seus residentes. Por último, partindo da análise das estatísticas do comércio internacional, proceder-se-á a uma caracterização dos fluxos comerciais realizados por operadores com sede na região Norte.

1. A Região Norte segundo alguns indicadores das contas regionais e do estudo sobre o poder de compra concelhio

1.1. Potencial produtivo da Região Norte

Em 2003 o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte atingiu cerca de 37 mil milhões de euros, representando 28,0% do PIB nacional, contributo bastante inferior ao da Região de Lisboa e Vale do Tejo, mas duplo do da Região Centro. De 1995 a 2003 o crescimento médio anual do PIB na Região Norte foi de 5,2%, contra 6,2% ao nível nacional para o mesmo período.

Situação distinta tinha ocorrido entre 1990¹ e 1994, período durante o qual a Região Norte apresentou um crescimento médio anual do PIB de 11,5%, ligeiramente superior ao do País (10,4%) e, apenas, ultrapassado pelo da Região Autónoma da Madeira (12,4%).

* Economista.

¹ Apenas em 1996 foi publicada uma nova série do PIB com início em 1990 referente à globalidade do território português incluindo, pela primeira vez, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



Quadro 1
Produto Interno Bruto Regional

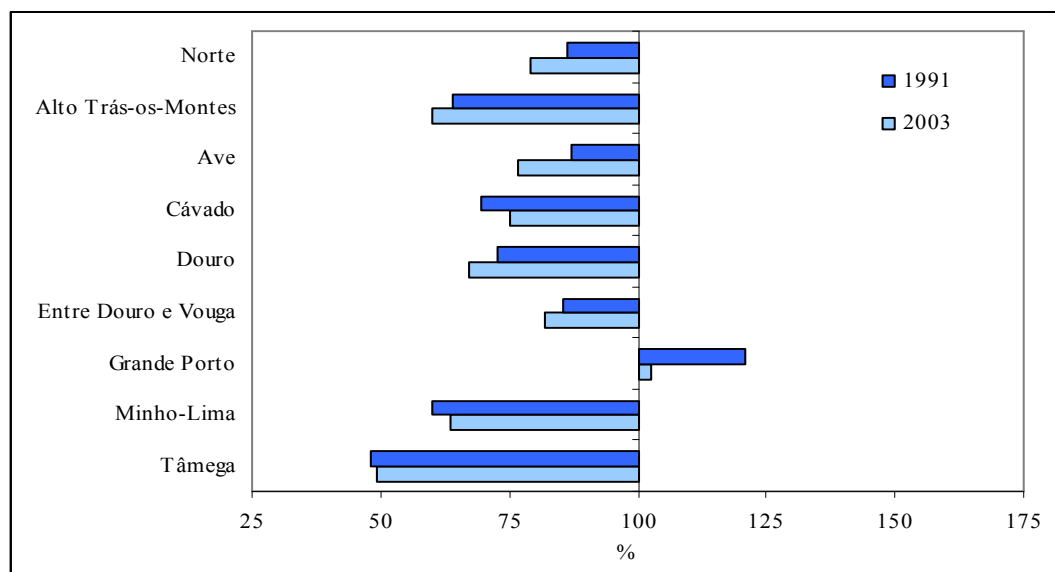
Unidade Territorial	1990		1990/ 1994 (%) a)	1995		2000	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	%	1995/ 2003 (%) b)
	10 ⁶ Euros	%		10 ⁶ Euros	%					
Norte	14.838	30,2	11,5	24.289	30,1	33.178	28,7	36.557	28,0	5,2
Centro	6.857	14,0	11,5	11.347	14,0	16.187	14,0	18.318	14,0	6,2
Lisboa e Vale do Tejo	21.330	43,5	9,7	35.235	43,6	51.679	44,7	58.213	44,6	6,5
Alentejo	2.466	5,0	6,3	3.617	4,5	4.744	4,1	5.675	4,3	5,8
Algarve	1.767	3,6	9,4	2.839	3,5	4.333	3,7	5.335	4,1	8,2
R. A. Açores	855	1,7	10,3	1.435	1,8	2.091	1,8	2.469	1,9	7,0
R. A. Madeira	871	1,8	12,7	1.908	2,4	3.055	2,6	3.651	2,8	8,4
Extra Regio	87	0,2	9,9	157	0,2	282	0,2	292	0,2	8,1
Total	49.072	100	10,4	80.827	100	115.549	100	130.510	100	6,2

Notas: a) Taxa de variação média anual (Base 1990). b) Taxa de variação média anual (Base 1995).

Fonte: INE, *Contas Regionais*.

Na Região Norte a evolução do PIB *per capita* em índice (100 representa o valor da capitação média do PIB nacional) evidencia, desde o início da década de 90, uma trajectória de divergência com a média nacional. Apresentando, em 1991, um PIB *per capita* de 86% da média nacional, a terceira maior capitação, passou a registar, a partir de 2002, a menor capitação. Em 2003 cifrava-se em apenas 79% da média nacional (gráfico 1). Nesta data as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, a Madeira e o Algarve, foram as únicas a apresentar índices superiores à média nacional, respectivamente 132, 121 e 106.

Gráfico 1
Índices de disparidade do PIB *pc*
(Portugal =100)



Fonte: INE, *Contas Regionais*.



Em 2003 a capitação da Região Norte, inferior à média nacional, reflecte o que se passa a nível sub-regional. Quando se analisam as disparidades intra-regionais verifica-se que o Grande Porto era a única sub-região com um índice acima da média nacional (102). Das restantes sub-regiões, apenas três – Entre Douro e Vouga, Ave e Cávado – registaram uma capitação igual ou superior a três quartos da média nacional, respectivamente 82, 77 e 75. As sub-regiões do Douro, Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima e Tâmega, com afastamentos face à média superiores a 25%, situavam-se entre as sete regiões do País que apresentaram menor PIB *per capita*. Das trinta sub-regiões que constituem o país, o Tâmega foi a que apresentou o mais baixo índice (49), sendo a única a registar um PIB *per capita* inferior à metade do valor nacional.

Quanto à evolução do índice do PIB *per capita*, no período de 1991²a 2003, evidenciam-se na Região Norte três grupos de sub-regiões. Por um lado, as que registaram uma certa estabilidade do índice como o Tâmega e, por outro, as que viram diminuir significativamente a sua posição relativa, nomeadamente o Grande Porto (121 em 1991 para 102 em 2003) e Ave (87 em 1991 e 77 em 2003) e, de forma menos acentuada, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes. Por último, o Cávado e o Minho-Lima melhoraram a sua posição relativa.

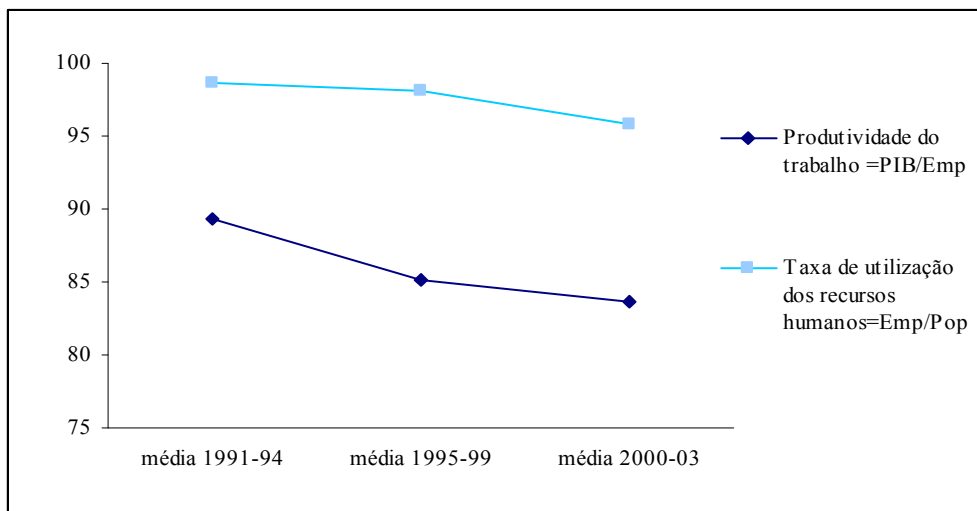
A melhoria dos níveis de PIB *per capita* de uma região pode ser incentivada quer pela melhoria dos níveis de produtividade, ou de qualidade de emprego, quer pelo aumento de postos de trabalho ocupados, isto é, para atingir níveis elevados de PIB *per capita* é necessário por um lado, produzir com eficiência e, por outro lado, sem negligenciar esses níveis de eficiência, conseguir criar postos de trabalho que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis. Deste modo, na análise da evolução do nível de vida da região, é possível identificar o grau de combinação e substituição entre uma melhor ou maior utilização dos recursos humanos.

Neste sentido, a Região Norte colocava-se abaixo da média nacional, quer no que concerne aos níveis de produtividade exibidos, quer ao nível das taxas de utilização dos recursos humanos (gráfico 2). Estes indicadores revelaram a mesma trajectória permitindo concluir que o alargamento da disparidade entre os níveis de PIB *per capita* da Região Norte e os do espaço nacional, detectado no período de 1991 a 2003, se explica quer pela quebra dos níveis de produtividade da Região, ou seja pela quebra na criação de valor acrescentado por trabalhador, quer pela taxa de utilização dos recursos humanos.

² Os primeiros resultados divulgados das Contas Regionais por NUTS III dizem respeito a 1991.



Gráfico 2
Evolução da Produtividade e da Taxa de Utilização dos Recursos Humanos:
Posicionamento da Região Norte no Contexto Nacional
(Portugal =100)

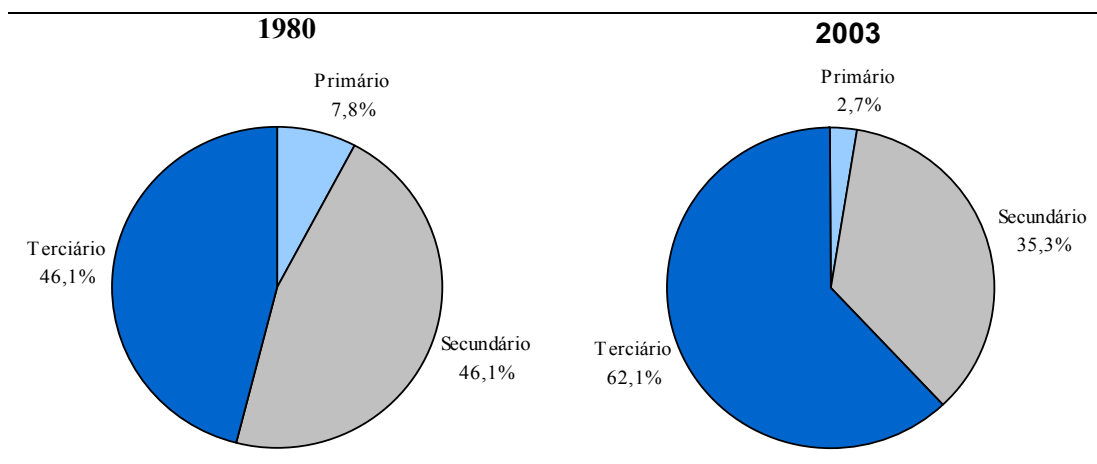


Fonte: INE, *Contas Regionais*.

1.2. Especialização produtiva

A repartição espacial do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e do emprego gerados pelos diferentes sectores da economia nacional traduz-se em desiguais dinamismos regionais, com a Região Norte a evidenciar uma elevada participação. Entre 1980 e 2003 apresentou o segundo maior contributo para o VAB nacional e até 1990 revelou-se a principal empregadora, tendo a partir desta data a Região de Lisboa e Vale do Tejo ocupado essa posição, passando a Região Norte a registar o segundo maior número de trabalhadores. Em 2003 concentrava 28% do VAB nacional e um terço do emprego total.

Gráfico 3
VAB por sector de actividade



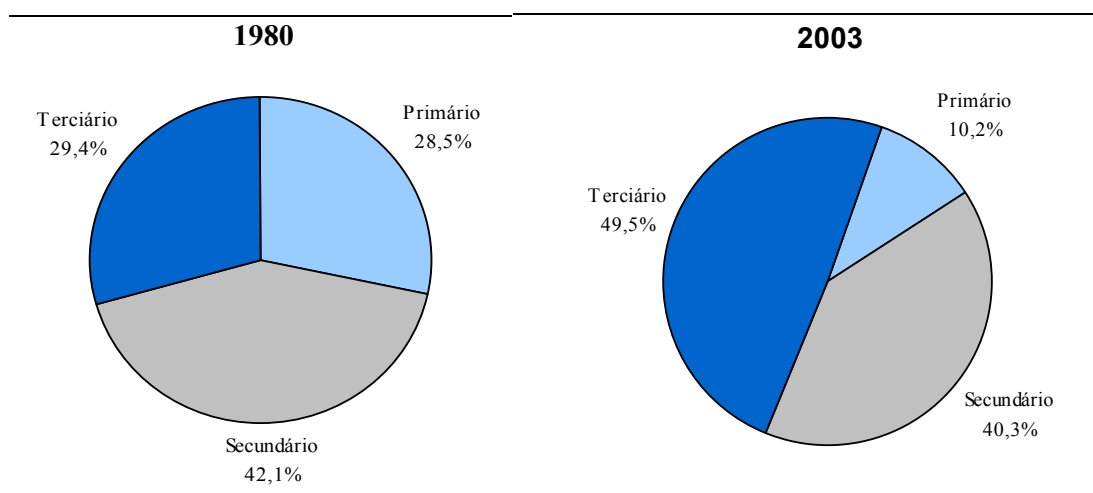
Fonte: INE, *Contas Regionais*.



Na estrutura produtiva da região verificou-se um declínio da importância do VAB do sector primário e secundário e um aumento da proporção do VAB do terciário (gráfico 3). Enquanto em 1980, 92,2% do VAB da região era gerado equitativamente pelos sectores secundário e terciário e 7,8% pelo sector primário, em 2003 a percentagem do sector primário era apenas de 2,7%, a do secundário de 35,3% e a do terciário atingiu os 62,1%.

Também ao nível do emprego entre 1980 e 2003 se registou na região um declínio do contributo do sector primário (de 28,5% para 10,2%) e do sector secundário (de 42,1% para 40,3%) e um aumento do contributo do sector terciário (de 29,4% para 49,5%).

Gráfico 4
Emprego por sector de actividade



Fonte: INE, *Contas Regionais*.

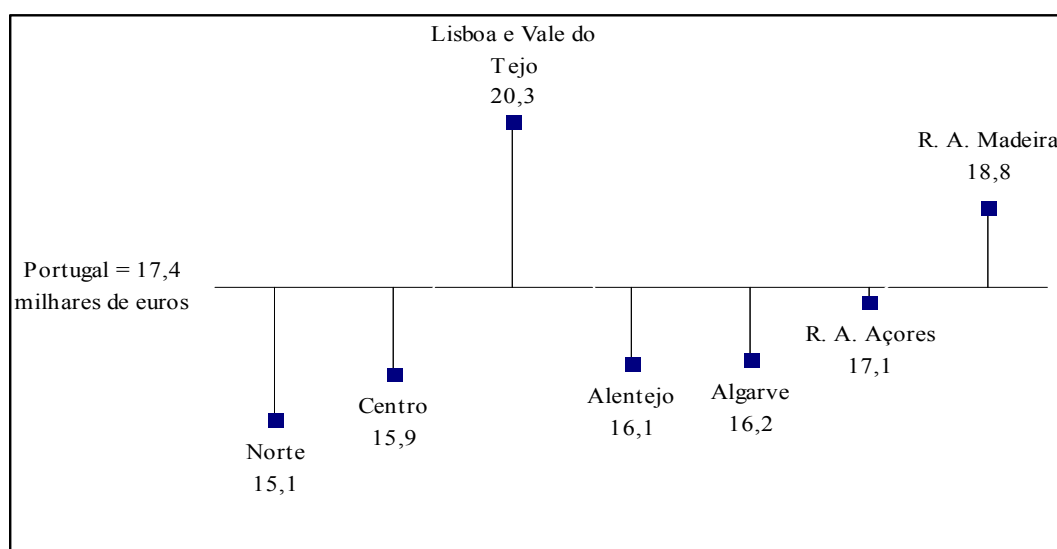
A evolução das estruturas sectoriais do VAB e do emprego regionais revela a progressiva terciarização da economia da região, embora inferior à média nacional. A contribuição do sector terciário para a formação do VAB da região manteve-se inferior à média do continente (52,2%), em 1980, e à média nacional (70,4%), em 2003. Pelo contrário, o contributo do sector secundário para o VAB regional foi sempre superior à média do continente (37,8%) e à média nacional (25,6%), respectivamente em 1980 e 2003 e, também, ao observado em qualquer outra região.

O sector primário foi dos três sectores o que menos contribuiu para a formação do VAB regional, revelando uma importância económica superior à média do continente (10,0%), em 1980, e à do todo nacional (3,7%), em 2003. A seguir à Região de Lisboa e Vale do Tejo foi na Região Norte que, em 1980 e 2003, o contributo do sector primário para o VAB regional foi menos expressivo.



Também no que se refere ao emprego, a análise do posicionamento da região no contexto nacional, permite verificar alguma singularidade, pois foi, apenas, a partir de 1995 que o número de trabalhadores do sector terciário ultrapassou o número dos que exerciam a sua actividade no sector secundário, enquanto no país, durante o período em estudo, as actividades terciárias foram sempre as preponderantes. Na Região Norte o contributo do terciário continuou inferior à média nacional (60,3%) e o do secundário manteve-se superior (29,8%). No que se refere ao sector primário, sempre com um contributo superior à média nacional (9,9%), registou-se uma diminuição muito semelhante ao do todo nacional.

Gráfico 5
Remuneração média, Portugal e NUTS II, 2003



Fonte: INE, *Contas Regionais*.

A remuneração média ao nível nacional atingiu, no ano de 2003, 17,4 milhares de euros por trabalhador remunerado. Uma análise das remunerações, por regiões, permite verificar que era a Região Norte que apresentava a mais baixa remuneração média (15,1 milhares de euros) e que apenas na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na Região Autónoma da Madeira as remunerações médias se situavam acima do valor nacional (gráfico 5). Já no ano de 1990 a remuneração média ao nível nacional era de 6,6 milhares de euros por trabalhador remunerado e na Região Norte era, apenas, de 5,8 milhares de euros, a mais baixa do país.

Quando se analisam as remunerações médias por trabalhador remunerado na Região Norte, em cada um dos sectores de actividade, a situação é idêntica. Tanto em 2003 como em 1990 eram inferiores às do todo nacional. Em 2003 os trabalhadores do terciário auferiam uma remuneração de 92% da média nacional, os do secundário de 85% e os do sector primário de



88%. As remunerações mais elevadas da região eram as dos trabalhadores do sector terciário e, pelo contrário, as mais baixas eram as dos trabalhadores do sector primário.

Quando comparamos as remunerações dos trabalhadores da Região Norte, por sectores de actividade, com as remunerações dos trabalhadores das restantes regiões, constatamos que apenas os trabalhadores do sector primário na Região Autónoma dos Açores e os do sector terciário no Alentejo e Algarve recebiam remunerações mais baixas que os trabalhadores da Região Norte. Quanto às remunerações dos trabalhadores do sector secundário eram as mais baixas do país.

Analisando detalhadamente a repartição do VAB pelas oito sub-regiões que compõem a Região Norte, destacava-se claramente o Grande Porto, embora o seu contributo tenha diminuído passando de 47,1% do VAB regional, em 1991, para 44,2%, em 2003. Muito afastada do Grande Porto, com o segundo maior contributo, 13,4%, em 1991 e 2003, posicionava-se a sub-região do Ave. No que respeita às restantes sub-regiões, enquanto o Cávado, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Minho-Lima aumentaram o seu contributo, Douro e Alto Trás-os-Montes sofreram uma diminuição. No que respeita ao emprego também o Grande Porto se distanciou das restantes sub-regiões ao concentrar 38,4% do emprego regional, em 1991, e 36,0% em 2003, seguindo-se-lhe a sub-região do Ave com contributos de, apenas, 14,8% e 15,2%, respectivamente em 1991 e 2003. A distância de posicionamento destas duas sub-regiões pouco se atenuou em 2003, porque as variações do Ave (+0,4%) e do Grande Porto (-2,4%) foram pouco significativas. As restantes sub-regiões, com excepção do Minho Lima (-0,5%) e de Alto Trás-os-Montes (-0,2%), registaram um ligeiro aumento do seu contributo.

Para delinear o perfil de especialização da Região Norte, recorremos ao quociente de localização que permite analisar o grau de especialização da região, comparando a importância do VAB da região com a importância dessa mesma grandeza no país. Este indicador varia entre 0 e ∞ , sendo que a unidade indica a similitude entre a região e o país. Se o valor for inferior a um, a região é menos especializada que o país e, se for superior, a região é mais especializada que o total das regiões. O quociente é dado pela seguinte fórmula:

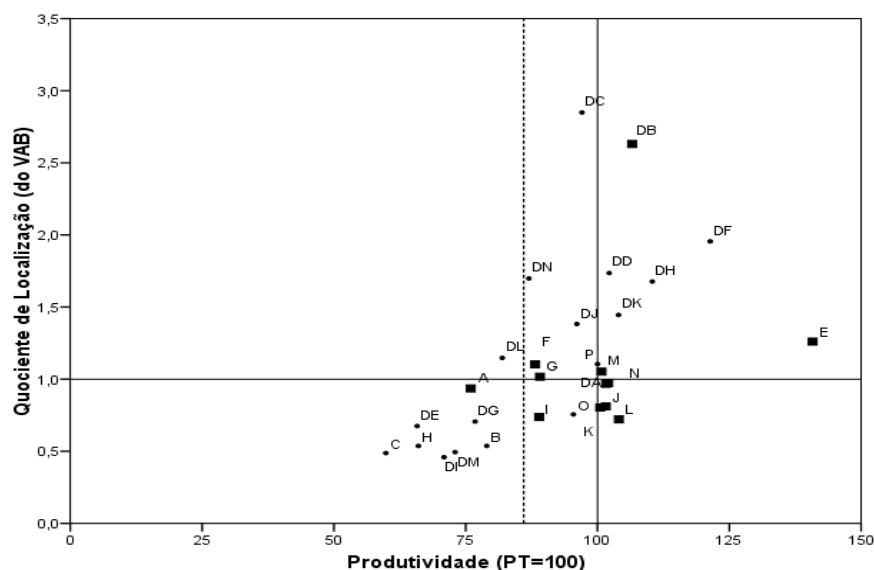
$$QL_{ij} = \frac{\frac{x_{ij}}{x_i}}{\frac{x_j}{x}}$$

(QL_{ij} representa o quociente de localização do ramo j na região i ; x_{ij} representa o valor do VAB do ramo j na região i ; x_i representa o valor do VAB total da região i ; x_j representa o valor do VAB do ramo j , no conjunto das regiões; x representa o valor do VAB total no conjunto das regiões)



Identificados os sectores de especialização, isto é, os que apresentam quocientes de localização maior que um, interessa verificar se são esses sectores os que mais contribuem, ou não, para a formação do VAB regional e como se posicionam em termos de produtividade (gráficos 6 e 7³).

Gráfico 6
Especialização sectorial do VAB na Região Norte – 1995



Legenda:

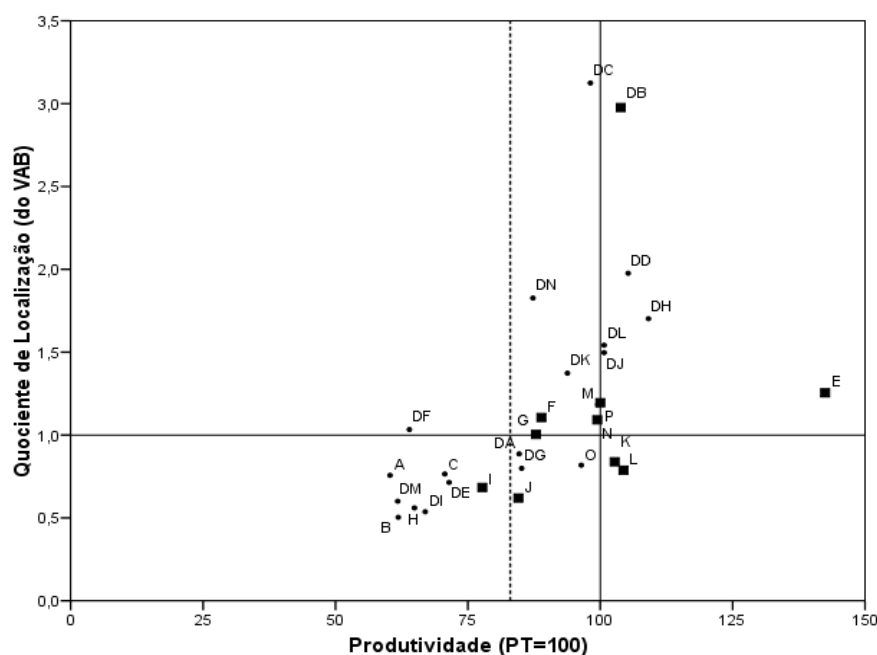
A (Agricultura, produção animal, caça e silvicultura); B (Pescas); C (Indústrias extractivas); DA (Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco); DB (Indústria têxtil); DC (Indústria do couro e dos produtos de couro); DD (Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras); DE (Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão); DF (Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear); DG (Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais); DH (Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas); DI (Fabricação de outros produtos minerais não metálicos); DJ (Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos); DK (Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.); DL (Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica); DM (Fabricação de material de transporte); DN (Indústrias transformadoras, n.e.); E (Produção e distribuição de electricidade, gás e água); F (Construção); G (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico); H [Alojamento e restauração (restaurantes e similares)]; I (Transportes, armazenagem e comunicações); J (Actividades financeiras); K (Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas); L (Administração pública, defesa e segurança social obrigatória); M (Educação); N (Saúde e acção social); O (Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais); P (Famílias com empregados domésticos).

Fonte: INE, *Contas Regionais*.

³ A leitura dos gráficos baseia-se na combinação de 3 parâmetros: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização do VAB; posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média sectorial nacional (linha vertical contínua) e no referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada); contributo dos 31 sectores em análise para a formação do VAB regional. Os sectores com contributo superior a 3% são representados por um quadrado e os restantes por um círculo.



Gráfico 7
Especialização sectorial do VAB na Região Norte – 2003



Fonte: INE, *Contas Regionais*.

Em 2003 os sectores mais relevantes no perfil de especialização da Região Norte ($QL > 1,5$), comparativamente com o espaço nacional, eram indústrias, nomeadamente a do couro e dos produtos de couro (DC), a têxtil (DB), a da madeira e da cortiça e suas obras (DD), as transformadoras, n.e. (DN), a fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas (DH) e a fabricação de equipamento eléctrico e de óptica (DL). Destacava-se a indústria têxtil (DB), com um contributo significativo para o VAB da região e, simultaneamente, com uma produtividade superior à média nacional.

Quanto aos restantes sectores, o seu contributo na estrutura do VAB regional era pouco expressivo e apenas três, a indústria da madeira e da cortiça e suas obras (DD) e a fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas (DH) e a fabricação de equipamento eléctrico e de óptica (DL) revelavam níveis de produtividade que superavam a produtividade sectorial média nacional.

A construção (F), a saúde e acção social (N), a educação (M), e a produção e distribuição de electricidade, gás e água (E), sectores com menor grau de especialização, apresentavam, um contributo significativo para o VAB e os dois últimos uma produtividade superior à produtividade sectorial média nacional.

Por último refira-se que os sectores com maior contributo para a formação do VAB regional nomeadamente as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K) e o comércio por grosso e a retalho; a reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico (G) não eram sectores de especialização da região. Quanto à



produtividade sectorial, enquanto o primeiro superava a média nacional, o segundo tinha uma produtividade inferior.

No período de 1995 a 2003, ao nível da especialização, emerge a diminuição da expressividade da fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear (DF) e a maior importância relativa da saúde e acção social (N).

1.3. Investimento

Na Região Norte entre 1995⁴ e 2003, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – indicador normalmente utilizado para avaliar o investimento - cresceu a uma taxa média anual de 6,6%, ligeiramente superior à média do país (6,0%). Apenas na Região de Lisboa e Vale do Tejo se registou um crescimento do investimento (4,0%) inferior à média nacional. Na Região Centro o crescimento foi de 6,4% e nas restantes regiões rondou os 10%. Seguindo a tendência nacional verificou-se na Região Norte um crescimento do investimento até 2001, iniciando-se a partir desta data uma evolução negativa.

Em 1995 a Região Norte era responsável por 25,6% do investimento nacional, apenas ultrapassada pela Região de Lisboa e Vale do Tejo (45,9%). Em 2003 diminuiu a diferença entre as duas regiões a nível de investimento, principalmente pela descida do contributo da Região de Lisboa e Vale do Tejo (39,3%), já que a Região Norte apenas aumentou o seu contributo para 26,7%.

Quadro 2
Formação bruta de capital fixo e taxa de investimento aparente

Unidade Territorial	1995			2003			Taxa de variação média anual da FBCF 1995/2003 %
	FBCF		Taxa de investimento aparente (%)	FBCF		Taxa de investimento aparente (%)	
	10 ⁶ Euros	% País		10 ⁶ Euros	% País		
Norte	4.729	25,6	22,4	7.882	26,7	25,0	6,6
Centro	2.875	15,6	29,1	4.720	16,0	29,9	6,4
Lisboa e Vale do Tejo	8.478	45,9	27,7	11.584	39,3	23,1	4,0
Alentejo	771	4,2	24,5	1.741	5,9	35,6	10,7
Algarve	645	3,5	26,1	1.472	5,0	32,0	10,9
R. A. Açores	455	2,5	36,5	984	3,3	46,2	10,1
R. A. Madeira	493	2,7	29,7	1.079	3,7	34,3	10,3
Extra Regio	11	0,1	8,1	28	0,1	11,1	12,4
Total	18.457	100,0	26,3	29.490	100,0	26,2	6,0

Fonte: INE, *Contas Regionais*.

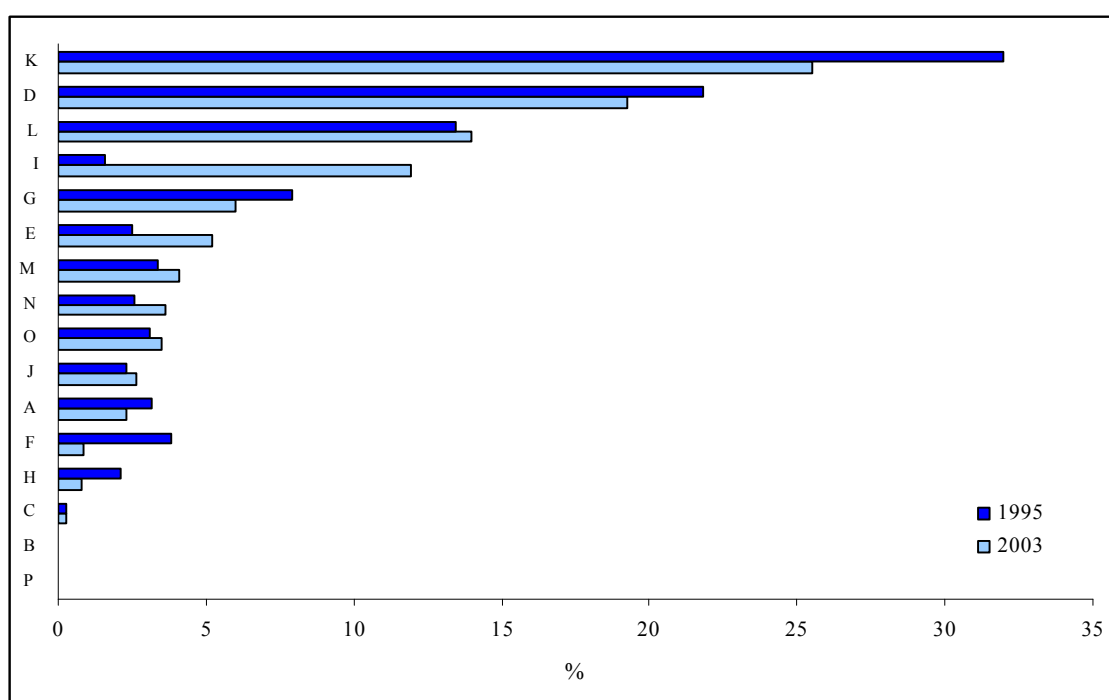
⁴ Os primeiros resultados divulgados das Contas Regionais referentes à FBCF dizem respeito a 1995.



Outra forma de avaliar a importância da FBCF na economia regional consiste em analisar a proporção de riqueza gerada (VAB) que é investida (FBCF), habitualmente designada por taxa de investimento aparente e que na Região Norte, em 2003, foi de 25,0%, ligeiramente superior à da Região de Lisboa e Vale do Tejo (23,1%). Estas foram as únicas regiões do país a apresentar valores inferiores à média nacional (26,2%). Em 1995 a Região Norte apresentou a mais baixa taxa de investimento aparente do país (22,4%).

Na Região Norte, tal como no país, foi o sector terciário que, ao longo do período, absorveu a maior parcela de investimento, seguido do sector secundário e do sector primário. Mas, enquanto na Região Norte aumentou a proporção de investimento do sector terciário e diminuiu a proporção de investimento do secundário, a nível nacional a evolução foi contrária. A proporção de investimento do sector primário diminuiu quer na Região Norte quer no país.

Gráfico 8
Formação Bruta de Capital Fixo por ramo de actividade (A17)



Legenda:

A (Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e da silvicultura); B (Peixe); C (Produtos das indústrias extractivas); D (Produtos das indústrias transformadoras); E (Electricidade, gás, vapor e água quente); F (Trabalhos de construção); G (Serviços de comércio por grosso e a retalho; serviços de reparação de veículos); H (Serviços de alojamento e restauração (restaurantes e similares)); I (Serviços de transportes, armazenagem e comunicações); J (Serviços das actividades financeiras); K (Serviços das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas); L (Serviços da administração pública, defesa e segurança social obrigatória); M (Serviços de educação); N (Serviços de saúde e acção social); O (Outros serviços colectivos, sociais e pessoais); P (Serviços prestados às famílias por empregados domésticos).

Fonte: INE, *Contas Regionais*.



Uma análise por ramo de actividade (A17) revela que em 2003 os maiores investimentos na Região Norte incidiram nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (25,5%), indústrias transformadoras (19,2%), administração pública, defesa e segurança social obrigatória (14,0%), transportes, armazenagem e comunicações (11,9%), comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos (6,0%), representando cada um dos restantes ramos menos de 6% da FBCF da região (gráfico 8). Em 1995 a grande parcela do investimento incidia nos mesmos ramos, com excepção dos transportes, armazenagem e comunicações que naquele ano representavam apenas 1,6% do investimento da região.

1.4. Nível de vida das famílias

À escala regional o Rendimento Disponível (RD) das Famílias constitui um dos indicadores que melhor descreve o nível de vida das famílias residentes. Combina os rendimentos gerados no processo produtivo em que participam as famílias residentes de uma dada região (rendimentos primários) com os outros rendimentos resultantes de redistribuição (transferências).

O Rendimento Primário (RP) das famílias para o conjunto da economia, como para cada região, corresponde à maior parte do RD. Constituem o RP das famílias, por ordem decrescente de importância, as remunerações recebidas pelos trabalhadores (pagas por empregadores residentes e não residentes), o excedente bruto de exploração e os rendimentos de propriedade retidos pelas famílias residentes em cada região. O RD diferencia-se do RP pela inclusão das transferências de redistribuição constituindo, assim, o indicador sintético mais adequado à comparação do nível de bem-estar das regiões.

Quadro 3
Rendimento disponível das famílias

Unidade Territorial	1990			2003		
	Total (10 ⁶ Euros)	Per capita (euros)	Índice Portugal =100 (%)	Total (10 ⁶ Euros)	Per capita (euros)	Índice Portugal =100 (%)
Norte	11.410	3.277	89	25.921	7.002	83
Centro	5.906	3.410	92	13.644	7.647	91
Lisboa e Vale do Tejo	14.564	4.411	119	36.729	10.351	123
Alentejo	1.734	3.160	85	4.096	7.832	93
Algarve	1.358	3.995	108	3.538	8.803	104
R. A. Açores	712	2.970	80	1.715	7.164	85
R. A. Madeira	843	3.314	90	2.183	9.017	107
Extra Regio	70	-	-	163	-	-
Total	36.596	3.697	100	87.989	8.427	100

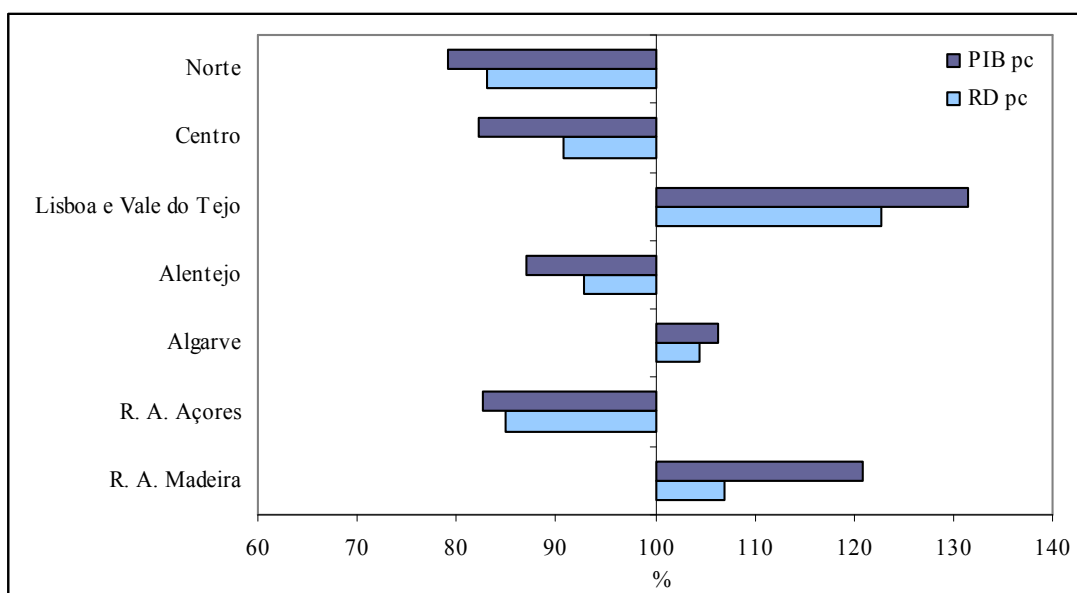
Fonte: INE, *Contas Regionais*.



O RD *per capita* em índice (o índice 100 corresponde à média nacional) da Região Norte não só permaneceu, ao longo do período de 1990 a 2003, abaixo da média nacional, como evidenciou uma tendência decrescente, afastando-se dessa média. Em 2003 era mesmo a região do país que apresentava o menor índice de RD *per capita* (83).

Importa salientar que quando se analisa o RD *per capita* da região, verifica-se uma menor disparidade em torno da média nacional do que a observada para o PIB *per capita*. (gráfico 9). Efectivamente, a disparidade entre a região que gerou mais produção *per capita* (Lisboa) e a que gerou menos (Norte) é significativamente superior ao afastamento entre a região com maior e a com menor nível de vida das famílias, com base no RD por habitante.

Gráfico 9
Índices de disparidade do PIB *pc* e do RDB *pc* – 2003
(Portugal = 100)



Fonte: INE, *Contas Regionais*.

1.5. O Poder de compra concelhio: indicador *per capita*

O Indicador *per capita* é um índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100.

O recurso a este indicador, que não pode ser confundido com variáveis como consumo ou rendimento à escala concelhia, procura compensar a inexistência de informação estatística sobre estas variáveis. O Instituto Nacional de Estatística divulgou seis edições deste indicador sendo a primeira relativa a 1993 e a última a 2004.



A Região Norte, considerada globalmente, apresentava um nível de poder de compra *per capita* inferior ao nacional, quer em 1993 (81,72) quer em 2004 (83,90). Ainda assim, apenas duas outras regiões apresentaram valores superiores ao do Norte relativamente ao poder de compra *per capita*: o Algarve e a Região de Lisboa⁵, regiões onde a capitação do poder de compra excedia a média nacional.

Quadro 4
Indicador *per capita* do poder de compra

Unidade Territorial (NUTS 1989)	1993	Unidade Territorial (NUTS 2002)	2004
Portugal	100,00	Portugal	100,00
Continente	101,76	Continente	101,04
Norte	81,72	Norte	83,90
Centro	72,02	Centro	79,01
Lisboa e Vale do Tejo	142,39	Lisboa	149,32
Alentejo	69,14	Alentejo	76,77
Algarve	109,01	Algarve	107,82
R. A. Açores	67,60	R. A. Açores	73,33
R. A. Madeira	67,00	R. A. Madeira	83,69

Fonte: INE, *Estudo sobre o poder de compra concelhio*.

Numa análise por sub-regiões, o Norte apresentava-se com fortes contrastes, quer em 1993 quer em 2004. O Grande Porto usufruía de um poder de compra *per capita* que ultrapassava o valor médio nacional. No país, apenas a sub-região da Grande Lisboa superava aquele valor.

Por outro lado, quatro das sete sub-regiões do país que registaram menores níveis de poder de compra *per capita* localizam-se no Norte, destacando-se em particular o Tâmega (com o índice mais baixo em 1993 e o segundo mais baixo em 2004). Seguem-se-lhe o Douro, Alto Trás-os-Montes e o Minho-Lima. As restantes três sub-regiões do Norte (Cávado, Ave e Entre Douro e Vouga) registaram capitações do poder de compra que não excede três quartos do valor nacional.

Em 1993 e 2004 era evidente a heterogeneidade entre os diferentes concelhos da Região Norte (cartogramas 1 e 2). Contudo as assimetrias atenuaram-se em 2004. Nesta data apenas em quinze dos oitenta e seis concelhos que compõem a Região Norte, o poder de compra *per capita* era inferior a metade da capitação nacional contra cinquenta e quatro em 1993⁶. Já o número de concelhos com capitação do poder de compra superior à nacional passou de seis para cinco. Os

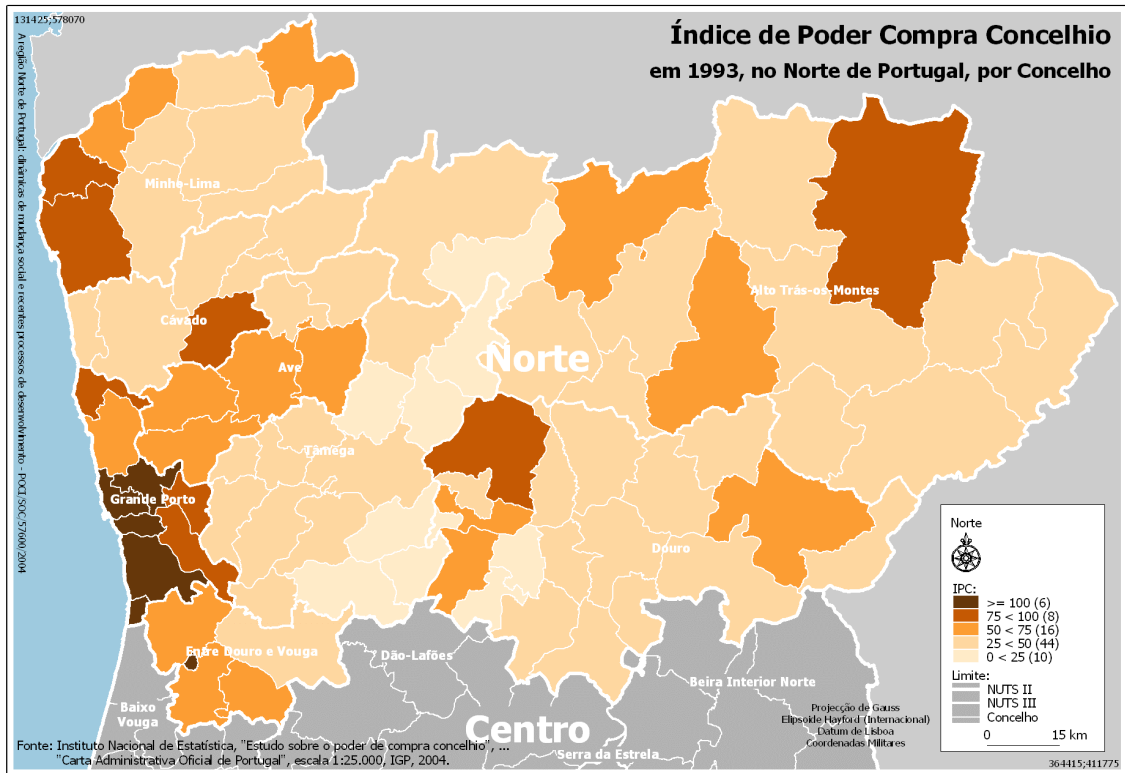
⁵ Segundo a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 1989) Lisboa e Vale do Tejo em 1993.

⁶ Em 2004 a Região Norte era composta por eram 86 concelhos. Aos 84 concelhos existentes em 1993 juntaram-se Trofa e Vizela constituídos em 1998.

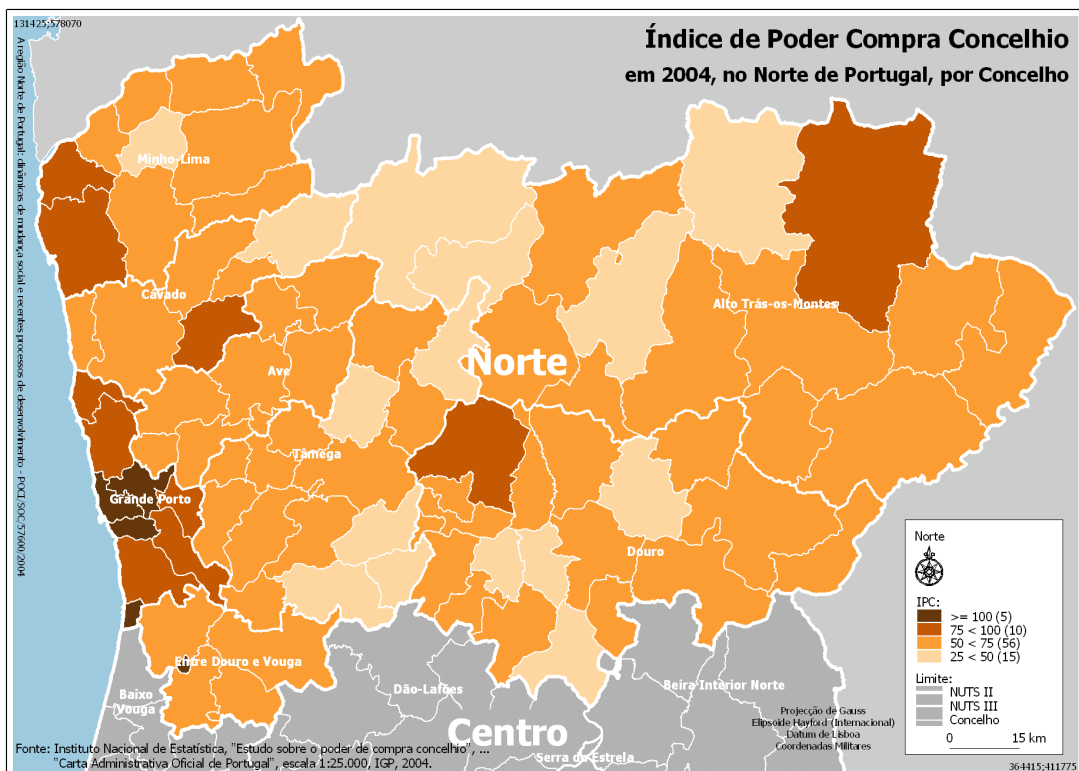


concelhos que apresentavam uma capitação do poder de compra, inferior à nacional mas que excedia três quartos o valor daquela média, eram oito em 1993 e dez em 2004.

Cartograma 1



Cartograma 2





Os municípios que superavam em termos de poder de compra *per capita* o valor médio do país nos dois anos em análise eram Porto, Matosinhos, S. João da Madeira, Espinho e Maia. Em 1993 incluía-se também neste grupo o concelho de Vila Nova de Gaia. A quase totalidade destes concelhos pertence à sub-região do Grande Porto e possui centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, confirmando a ideia de que é nas maiores aglomerações urbanas que se registam níveis mais elevados de poder de compra. A exceção é S. João da Madeira, concelho com uma pequena área que se esgota no respectivo centro urbano. O que acontece então é que algumas variáveis consideradas na construção do índice adquirem uma abrangência supra-concelhia com efeitos num raio que excede a dimensão do próprio concelho, que não é normal na generalidade dos outros municípios.

Globalmente, constata-se que em 1993 e 2004 a maior parte das capitações mais favoráveis do poder de compra, embora inferiores à média nacional, encontravam-se em concelhos da área do Grande Porto, nos concelhos sede de capitais de distrito (como Braga, Vila Real, Bragança e Viana do Castelo) e num concelho do litoral, de menor dimensão, no extremo norte (Caminha), todos com capitações do poder de compra acima de 75% do valor nacional. Bragança e Vila Real revelaram-se os concelhos do interior da Região Norte com melhor poder de compra.

Em 2004, a maioria dos concelhos (56) apresentava uma capitação entre três quartos e metade do valor nacional, concelhos com centros urbanos de média e pequena dimensão, maioritariamente situados no interior, disseminados por todas as sub-regiões, à exceção do Grande Porto. Em 1993 eram apenas dezasseis os concelhos que exibiam este poder de compra. Pelo contrário, em 1993 predominavam os concelhos (54), cujo poder de compra *per capita* era inferior a metade da capitação nacional, enquanto em 2004 desceu para quinze o número de concelhos nesta situação.

O concelho do Porto registava o segundo valor mais favorável de todo o país para o indicador *per capita* de poder de compra (respectivamente 226,93 em 1993 e 198,5 em 2004), sendo apenas superado pelo concelho de Lisboa. No extremo oposto, ou seja, com menor poder de compra *per capita* do país, destacavam-se dois concelhos do Norte: Cinfães em 1993 (18,88) e Celorico de Bastos (41,77) em 2004.

Não obstante a melhoria do poder de compra verificada na Região, em 2004 entre os cinquenta concelhos que registavam os menores valores do índice *per capita* do país, vinte e sete desses cinquenta pertencem à Região Norte, ainda que se trate geralmente de pequenos concelhos do interior, pouco populosos, que consequentemente pouca influencia têm no índice médio da região.

Da análise do indicador do poder de compra *per capita* infere-se que a Região Norte apresentava dois grandes níveis de assimetria, uma oposição litoral - interior, com o litoral a



apresentar níveis mais elevados de poder de compra e uma dualidade que opõe, com maiores níveis de poder de compra, os concelhos mais urbanos, nomeadamente os que se localizam na área metropolitana e os que integram as cidades médias do interior, capitais de distrito, aos concelhos mais rurais e periféricos. Destaca-se a oposição entre o concelho do Porto que registava o segundo valor mais favorável de todo o país (respectivamente 226,93 em 1993 e 198,5 em 2004), sendo apenas superado pelo concelho de Lisboa e, no extremo oposto, com o menor poder de compra *per capita* do país, os concelhos de Cinfães em 1993 (18,88) e Celorico de Bastos (41,77) em 2004.

2. O Comércio Internacional

2.1. Caracterização do comércio internacional da Região Norte: evolução das saídas e das entradas

Os dados que a seguir se analisam referem-se aos fluxos realizados por operadores com sede na Região Norte e em cada uma das suas sub-regiões, independentemente da origem e destino dos mesmos. Esta informação que sobreavalia o comércio internacional das regiões onde predominam as sedes das empresas multiregionais, por oposição a uma subavaliação das restantes, não traduz com total precisão o comércio internacional da região, dada a existência de empresas com estabelecimentos em várias regiões. No entanto, apesar de não serem representativos da capacidade produtiva da região, os valores assim apurados constituem um dos indicadores da importância da região no relacionamento externo da economia nacional.

Entre 1992 e 2005 assistiu-se a uma maior abertura da economia portuguesa e da Região Norte, como o demonstra a tendência crescente das trocas comerciais, quer de Portugal quer da Região Norte. Contrariamente ao que sucedeu no país, na Região Norte o valor das saídas⁷ superou o das entradas⁸, registando-se, desta forma, saldos positivos na balança comercial e, consequentemente, uma taxa de cobertura acima dos 100%, demonstrativa da vocação exportadora da região. A taxa de cobertura atingiu o máximo em 1993 e 1995 (125%) e entre 1992 e 2005 diminuiu três pontos percentuais.

⁷ As saídas resultam da soma das expedições (para países pertencentes à União Europeia) e das exportações (para países terceiros).

⁸ As entradas resultam da soma das chegadas (de países pertencentes à União Europeia) e das importações (de países terceiros).



Quadro 5
Comércio internacional declarado de empresas com sede no País e na Região Norte

Ano	Portugal			Região Norte				
	Saídas	Entradas	Taxa de Cobertura (%)	Saídas		Entradas		Taxa de Cobertura (%)
	10 ⁹ Euros			10 ⁹ Euros	% País	10 ⁹ Euros	% País	
1992	12.346	20.389	60,6	6.100	49,4	5.253	25,8	116,1
1993	12.342	19.367	63,7	6.272	50,8	5.012	25,9	125,1
1994	14.842	22.517	65,9	6.992	47,1	5.656	25,1	123,6
1995	17.467	25.083	69,6	7.223	41,4	5.788	23,1	124,8
1996	18.934	27.070	69,9	8.539	45,1	7.171	26,5	119,1
1997	20.925	30.625	68,3	9.434	45,1	8.047	26,3	117,2
1998	22.252	34.491	64,5	10.187	45,8	9.266	26,9	109,9
1999	23.026	37.506	61,4	10.377	45,1	9.429	25,1	110,1
2000	26.379	43.257	61,0	11.477	43,5	10.754	24,9	106,7
2001	27.323	44.054	62,0	11.911	43,6	10.924	24,8	109,0
2002	28.098	42.414	66,2	12.132	43,2	10.918	25,7	111,1
2003	27.890	41.589	67,1	12.439	44,6	10.757	25,9	115,6
2004	29.576	45.861	64,5	12.654	42,8	11.200	24,4	113,0
2005	29.392	47.358	62,1	12.558	42,7	11.094	23,4	113,2

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional*.

Interessa, contudo, referir que, durante o período em análise, o contributo da região relativamente às entradas diminuiu, tendo passado de 25,8% para 23,4%, enquanto no que respeita às saídas registou uma diminuição mais significativa de 49,4% para 42,7%.

A circunstância da Região Norte apresentar um saldo positivo das saídas relaciona-se certamente com o peso que a indústria transformadora assume na estrutura económica da região. Outro factor explicativo pode estar relacionado com o facto da intermediação das entradas, mais do que das saídas, ser de base nacional, localizando-se um número significativo destes intermediários na Região de Lisboa e Vale do Tejo, junto de algumas das principais infra-estruturas logísticas de transporte internacional.

2.2 A estrutura geográfica do comércio internacional da Região Norte

As trocas comerciais das empresas com sede na Região Norte realizaram-se, principalmente, com mercados da União Europeia (UE), representando o comércio intracomunitário quer nas expedições quer nas chegadas cerca de 80% dos fluxos. Estas trocas com a UE foram sempre superavitárias com os valores das expedições sempre crescentes, excepto em 2005, e com um ligeiro decréscimo do valor das chegadas em 1993, 2003 e 2005. Entre 1992 e 2005 a proporção das expedições nas saídas diminuiu, passando de 85,3% para 79,2% e a proporção das chegadas nas entradas aumentou, de 78,9% para 83,6%. Esta situação indicia, por um lado, a conquista de novos mercados extracomunitários pelas empresas da



região Norte e, por outro, o peso crescente da procura dos produtos comunitários face aos extracomunitários na região.

Constata-se, assim, uma mudança de comportamento da região, no campo das trocas extracomunitárias. Até 2001 verificava-se a existência de défices, situação que se alterou a partir de 2002, quando o valor das exportações passou a superar o das importações.

Quadro 6
Proporção das expedições/exportações nas saídas e proporção das chegadas/importações nas entradas

Ano	Comércio Intracomunitário				Taxa de Cobertura (%)	Comércio Extracomunitário				Taxa de Cobertura (%)
	Expedições		Chegadas			Exportações		Importações		
	10 ⁹ Euros	% saídas	10 ⁹ Euros	% entradas		10 ⁹ Euros	% saídas	10 ⁹ Euros	% entradas	
1992	5.205	85,3	4.145	78,9	125,6	895	14,7	1.109	21,1	80,7
1993	5.284	84,2	3.942	78,6	134,0	988	15,8	1.070	21,4	92,3
1994	5.871	84,0	4.376	77,4	134,2	1.121	16,0	1.280	22,6	87,6
1995	6.097	84,4	4.459	77,0	136,7	1.126	15,6	1.330	23,0	84,7
1996	6.974	81,7	5.521	77,0	126,3	1.565	18,3	1.651	23,0	94,8
1997	7.782	82,5	6.297	78,3	123,6	1.652	17,5	1.749	21,7	94,5
1998	8.413	82,6	7.311	78,9	115,1	1.773	17,4	1.955	21,1	90,7
1999	8.700	83,8	7.527	79,8	115,6	1.676	16,2	1.902	20,2	88,1
2000	9.317	81,2	8.548	79,5	109,0	2.160	18,8	2.205	20,5	97,9
2001	9.614	80,7	8.585	78,6	112,0	2.296	19,3	2.339	21,4	98,2
2002	9.709	80,0	8.972	82,2	108,2	2.423	20,0	1.946	17,8	124,5
2003	9.916	79,7	8.892	82,7	111,5	2.523	20,3	1.865	17,3	135,3
2004	10.213	80,7	9.360	83,6	109,1	2.441	19,3	1.840	16,4	132,7
2005	9.940	79,2	9.274	83,6	107,2	2.618	20,8	1.820	16,4	143,8

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional*.

2.3 O comércio internacional das sub-regiões NUTS III da Região Norte

As empresas com sede na sub-região do Grande Porto foram as principais responsáveis durante todo o período, e de forma destacada, pelas trocas comerciais da Região Norte.

A esta situação não é alheio o facto de o Grande Porto ser a sub-região com a maior capacidade produtiva, aliado à circunstância de ser o espaço onde se concentram as principais estruturas logísticas do Norte, nomeadamente o porto de Leixões, o aeroporto, um terminal TIR. Contudo, entre 1992 e 2005, essa importância diminuiu: o contributo das entradas passou de 60,4%, em 1992, para 55,7%, em 2005, e o das saídas de 33,3% para 32,6%.

As empresas com sede na sub-região do Ave, que apresentavam o segundo maior contributo, embora muito menos significativo, também sofreram uma quebra do seu peso: as entradas de 17,2%, em 1992, para 15,2%, em 2005, e as saídas de 26,3%, em 1992, para 23,8%, em 2005.

Seguem-se, a nível de expressividade de contributo, as empresas do Entre Douro e Vouga que reforçaram a sua posição nas trocas comerciais quer ao nível do valor das entradas,

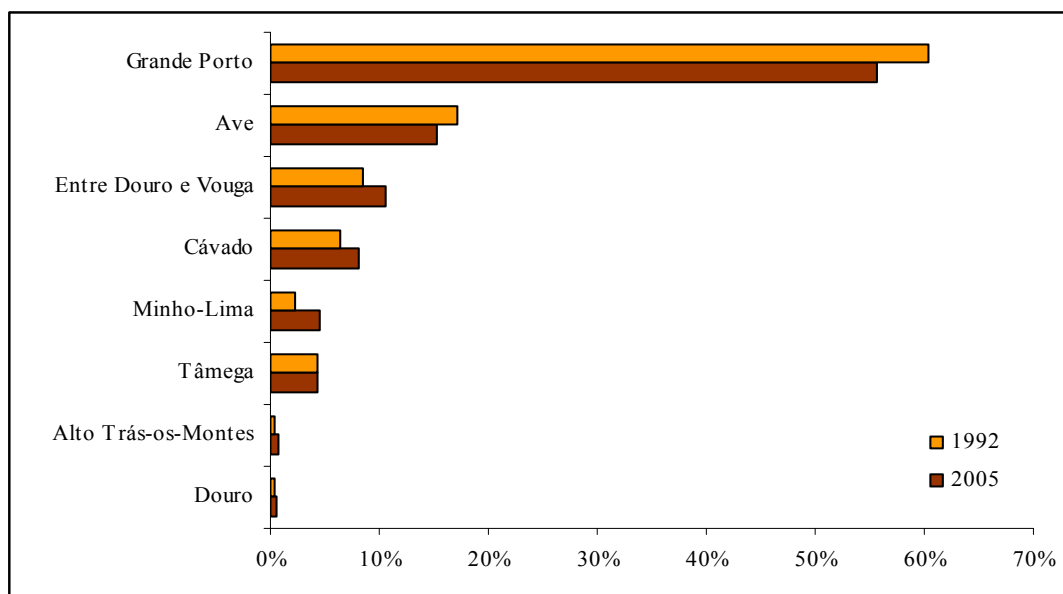


de 8,6% para 10,7%, quer ao nível do valor das saídas de 14,3% para 17,7% e as empresas sedeadas no Cávado viram diminuir o seu contributo relativamente ao valor das saídas de 12,9% para 11,9% e aumentar o contributo para o valor das entradas de 6,5% para 8,2%.

Com uma contribuição menos significativa, as empresas do Tâmega diminuíram a proporção do valor das entradas de 4,3% para 4,4% e o das saídas de 10,4% para 7,2% e as empresas do Minho Lima registaram um aumento da importância do valor das entradas de 2,3% para 4,6% e do das saídas de 2,1% para 5,6%.

Por último, com uma contribuição residual, as empresas sedeadas nas sub-regiões Douro e Alto Trás-os-Montes, não obstante terem reforçado a sua posição, continuaram a evidenciar a mais fraca expressão, inferior a 1%, quer para o valor das entradas quer para o valor das saídas.

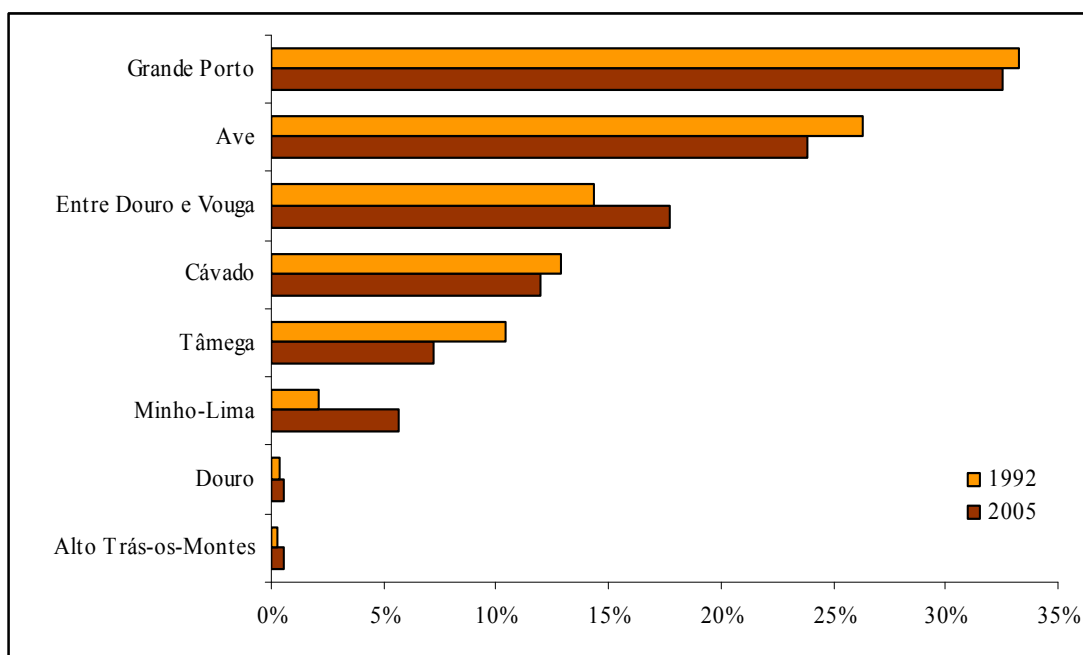
Gráfico 10
Contributo das NUTS III da Região Norte para os fluxos de entrada da região



Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional*.



Gráfico 11
Contributo das NUTS III da Região Norte para os fluxos de saída da região



Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional*.

2.4 Comércio internacional por produtos

O comércio internacional da responsabilidade das empresas com sede na Região Norte revelou-se bastante concentrado em termos de produtos, ou seja, um valor muito significativo das trocas comerciais diz respeito a um reduzido número de produtos. Esta situação é particularmente acentuada nas saídas, uma vez que 81,1%, em 1992, e 71,1%, em 2002, do valor total das saídas foram assegurados por apenas quatro secções da nomenclatura combinada do comércio internacional: matérias têxteis e suas obras (secção XI), máquinas e aparelhos e material eléctrico (XVI), calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante (XII) e madeira, cortiça e suas obras (IX).

Não obstante a importância do valor dos produtos têxteis no conjunto das saídas das empresas sedeadas na região, este foi o grupo de produtos que sofreu a maior diminuição, seguido do contributo do valor do calçado. Pelo contrário, registou-se um significativo aumento do contributo do valor das máquinas e um ligeiro aumento do valor da madeira, cortiça e suas obras.

Do lado das entradas, a concentração não é tão elevada, assegurando os quatro principais grupos de produtos, as matérias têxteis e suas obras (XI), as máquinas e aparelhos e



material eléctrico (XVI), os metais comuns e suas obras (XV) e o material de transporte (XVII), 61,7%, em 1992, e 57,2%, em 2002, do valor total das entradas na região.

A análise do conjunto dos produtos dominantes nas entradas e saídas permite concluir que continuam a assumir particular importância nas saídas dos produtos de indústrias tradicionais, com a excepção das máquinas e aparelhos, e nas entradas dos produtos de indústrias modernas e produtos intermédios para a indústria.

Quadro 7
Importância do Comércio Intra-Indústria na Região Norte – Índice de Grubel-Lloyd

Secções da Nomenclatura Combinada	1992	2002
Secção I - Animais vivos e produtos do reino animal	39,6	43,1
Secção II - Produtos do reino vegetal	11,6	23,4
Secção III - Gorduras e óleos animais e vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal	100,0	76,9
Secção IV - Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	54,9	67,9
Secção V - Produtos minerais	45,5	49,8
Secção VI - Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	32,0	49,8
Secção VII - Plásticos e suas obras; borracha e suas obras	42,8	89,0
Secção VIII - Peles, couros, peles com pêlo e obras destas matérias; Artigos de correeiro ou de seleiro; Artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; Obras de tripa	27,8	18,6
Secção IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria	61,0	58,6
Secção X - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Desperdícios e aparas de papel ou de cartão; Papel e suas obras	48,3	87,8
Secção XI - Matérias têxteis e suas obras	63,1	65,1
Secção XII - Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; Penas preparadas e suas obras; Flores artificiais; Obras de cabelo	17,5	25,9
Secção XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de materiais semelhantes; Produtos cerâmicos; Vidro e suas obras	94,4	95,0
Secção XIV - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos e suas obras; Bijuteria, moedas	18,1	17,9
Secção XV - Metais comuns e suas obras	57,9	66,3
Secção XVI - Máquinas e aparelhos, material eléctrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, suas partes e acessórios	78,7	93,4
Secção XVII - Material de transportes	47,8	85,3
Secção XVIII - Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Artigos de relojoaria; Instrumentos musicais; suas partes e acessórios	45,9	50,3
Secção XIX - Armas e munições; suas partes e acessórios	83,8	39,9
Secção XX - Mercadorias e produtos diversos	92,5	89,1
Secção XXI - Objectos de arte, de colecção ou antiguidades	92,3	88,7
Total	56,5	68,4

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional*.



A análise da estrutura de comércio internacional da região ao nível das entradas e saídas de cada secção foi feita por recurso ao índice de Grubel-Lloyd (IGL)⁹, que diferencia o comércio entre intra-indústria e inter-indústria. Este índice permite verificar se as entradas e saídas da região respeitam a produtos da mesma secção (comércio intra-indústria) ou de secções distintas (comércio inter-indústria). Quando este índice é igual a 100 numa dada secção, todo o comércio dos produtos dessa secção na região é intra-indústria e quando é igual a 0 todo o comércio é inter-indústria.

Assim procedendo, constatou-se que a Região Norte apresentava, em 2002, um IGL regional elevado (na ordem dos 68) caracterizando-se assim por um comércio maioritariamente intra-indústria. A importância do comércio intra-ramo cresceu de 1992 para 2002, sendo o IGL, em 1992, de 57. Da análise do IGL por secções verifica-se que os índices mais expressivos, acima de 90, foram registados nas obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de materiais semelhantes, produtos cerâmicos; vidro e suas obras (secção XIII) e máquinas e aparelhos, e material eléctrico (XVI). Do lado oposto, com menores índices, sobressaíram as secções pérolas naturais e pedras preciosas (XIV) e peles, couros (VIII).

⁹ Índice Grubel-Lloyd (secção i) = $[1 - (|X_i - M_i| / (X_i + M_i))] * 100$

Índice Grubel-Lloyd (total) = $[1 - ((\sum (|X_i - M_i|) / \sum (X_i + M_i)))] * 100$

Em que i refere-se à secção da nomenclatura combinada, X representa as saídas e M as entradas.



Bibliografia

AUGUSTO MATEUS E ASSOCIADOS [et al.] (2005) – Competitividade territorial, coesão económica e social. Lisboa: Observatório do QCAIII.

CASTRO, Alberto, RODRIGUES, Vasco e SOPAS, Leonor (1999) - Comércio externo e investimento estrangeiro. In BESSA, Daniel e SANTOS, Delfim org. - *Região Norte de Portugal, actualizar e aprofundar o conhecimento*. Porto: Edições Afrontamento. p. 227-243.

PERREIRA, Eduardo (1995) – “Estudo sobre o poder de compra concelhio: análise sumária dos resultados para a Região Norte”, *Estatísticas e Estudos Regionais do INE*, nº 9, p. 22-27.